



**ATA NÚMERO VINTE E SEIS (2017-2021) DA  
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE CARREGAL DO SAL, REALIZADA EM 25 DE  
JUNHO DO ANO DE 2021.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nesta Vila de Carregal do Sal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, sob a presidência de Carlos Jorge Morgado Gomes, secretariado, respetivamente, pela Primeira Secretária Ana Isabel Abrantes Ribeiro e pela Segunda Secretária Isabel Clara Amaral Teixeira. \_\_\_\_\_

**\_\_\_\_\_ VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE QUÓRUM. ABERTURA DA SESSÃO. REGISTO DAS PRESENCAS E DAS AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. \_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_ Verificada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Morgado Gomes, declarou aberta a sessão, eram precisamente vinte horas e quarenta e cinco minutos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foram registadas as faltas, justificadas, dos membros da Assembleia Municipal, António Marques da Costa Pinto e Francisco Azevedo Silva, tendo sido substituídos, nesta sessão, por António José Rodrigues dos Santos e Cilene Gomes Lindinho, respetivamente.

\_\_\_\_\_ A Assembleia Municipal estava constituída pelos vinte membros: Carlos Jorge Morgado Gomes, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, Casimiro Alves Martins Loureiro, Carina Isabel Pereira Pessoa, Isabel Clara Amaral Teixeira, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, Diego Enrique Rodrigues Garcia, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes, Cilene Gomes Lindinho, Manuel António Tavares Santos, Ana Isabel Abrantes Ribeiro, José Manuel Lopes Flórido, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel



Pais Seabra, António José Rodrigues dos Santos, António de Sousa Borges e Adelino Morgado Carneiro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **REGISTO DAS PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO EXECUTIVO CAMARÁRIO.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foram registadas as presenças do Vice-Presidente da Câmara, José Sousa Batista, da Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges e dos Vereadores António Óscar de Almeida e Paiva e Toni Serge Costa Ribeiro. Foi registada a falta do Presidente da Câmara, Rogério Mota Abrantes, por se encontrar em isolamento profilático devido ter contactado com um positivo COVID-19. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **INÍCIO DOS TRABALHOS. ESCLARECIMENTOS.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal iniciou a sua intervenção, apresentando cumprimentos aos membros da Assembleia Municipal, aos membros da Câmara Municipal e ao público presente. Referiu-se à ausência do Presidente da Câmara Municipal, Rogério Mota Abrantes, estando em isolamento profilático por ter contactado com um positivo COVID-19, mais propriamente com o Presidente da Câmara Municipal de Tondela. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Prosseguiu a sua intervenção referindo que, de acordo com o expediente rececionado, tinha sido elaborada a ordem do dia, a seguir transcrita, cuja documentação de apoio foi disponibilizada nos termos acordados: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **ORDEM DO DIA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. **INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. \_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_3. **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2020. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_4. **REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_AUTORIZAÇÃO PRÉVIA E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL. AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5. **MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2021** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5.1. 1.<sup>a</sup> ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO de 2021. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5.2. UNIDADE DE 3.º GRAU – PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_6. **MUNICÍPIA – EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ALIENAÇÃO DAS AÇÕES QUE O MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL DETÉM NA EMPRESA MUNICÍPIA, E.M., S.A. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_7. **PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DA AGUIEIRA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_TRANSPOSIÇÃO DO PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DA AGUIEIRA PARA O PDM – PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_8. **REGULAMENTAÇÃO MUNICIPAL** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_8.1. NASCER EM CARREGAL – REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À NATALIDADE E ADOÇÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_8.2. REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE. PROPOSTA APRESENTADA

PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA. APRECIÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **9. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ De seguida, foram tratados os assuntos abaixo descritos e tomadas as seguintes deliberações: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal informou que a Câmara Municipal lhe solicitara para, antes do período de antes da ordem do dia, um Revisor Oficial de Contas, da empresa A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda., pudesse dar as explicações tidas por adequadas a propósito do ponto três da ordem do dia, face às alterações legislativas havidas e à implementação do SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilista para as Administrações Públicas, em substituição do Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Disse ter anuído de forma pronta ao pedido, porquanto as explicações iriam ser de muita importância, pelo que deu a palavra ao Revisor Oficial de Contas para fazer a sua intervenção. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **INTERVENÇÃO DO REVISÃO OFICIAL DE CONTAS MARCO DIAS.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Revisor Oficial de Contas usou da palavra para dar explicações e evidenciar os aspetos mais importantes, a partir do ano de dois mil e vinte e com impacto nos documentos de prestação de contas que agora são analisados e aprovados, face às alterações do Sistema de Contabilidade. Disse que pretendia dar um esclarecimento geral sobre os principais impactos, sendo que do Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais se tinha passado para o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, com novas regras e novos documentos, com apresentação

diferente, contas diferentes, alterações ao nível patrimonial, balanço e demonstração de resultados diferentes. Referiu que tinha sido alterado o período de vida útil da generalidade dos bens. Registava-se um grande impacto ao nível dos subsídios ao investimento, em tudo análogo ao que se passava nos privados. Os montantes do Orçamento do Estado passaram a ter um tratamento análogo aos subsídios ao investimento. Prosseguiu para afirmar que muito dificilmente os municípios apresentam resultados positivos financeiros, vulgarmente designado de lucro, como acontece no setor privado, sendo certo que também não era essa a sua vocação. Isto, devido ao património enorme que o Município detém, aos bens do domínio público e às depreciações. Concluiu a sua intervenção, referindo que esperava ter contribuído para a boa análise do ponto da ordem do dia, quando chegasse o momento de o apreciar, desejando bom trabalho a todos os presentes. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_—Finda a intervenção do Revisor Oficial de Contas e porque nenhum membro da Assembleia Municipal desejou colocar questões, o Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a sua presença e a oportunidade das explicações dadas, para de seguida colocar em apreciação e votação a ata da sessão anterior. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_—**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E UM.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_— O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que o projeto de ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e um, se encontrava em condições de ser votada e aprovada. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_—Colocada em votação, a ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e um, foi aprovada por maioria, com cinco abstenções Diego Enrique Rodrigues Garcia, Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes, Adelino Morgado

Carneiro, António José Rodrigues dos Santos e Cilene Gomes Lindinho e quinze votos a favor dos restantes membros desta Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **CONTINUAÇÃO DOS TRABALHOS.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu a sua intervenção, informando que a correspondência recebida e expedida se encontrava arquivada em pastas próprias, e poderia ser consultada, sempre que os membros da Assembleia Municipal o desejassem. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Quanto às suas presenças informou ter estado na abertura e entrada em funcionamento do projeto de Requalificação do Parque das Laranjeiras, Cristo-Rei e Espaço Envolvente, em Cabanas de Viriato. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Recordou as regras sanitárias a cumprir no decurso da sessão, pelo que, para além do distanciamento dos membros da Assembleia, entre intervenções, o púlpito e o microfone serão desinfetados e higienizados e quem quiser água ter-se-á de se dirigir a uma máquina localizada naquele piso, no lado oposto ao Salão Nobre.

\_\_\_\_\_ Destacou, ainda, da correspondência recebida, os ofícios emanados da esposa do Dr. Jorge Coelho; da Assembleia Municipal de Mortágua referente a uma moção sobre a arborização e a rearborização e a necessidade de revogação da Portaria número quinze A barra dois mil e dezoito, de doze de janeiro, por a mesma não se adequar à realidade concelhia e regional. Referiu-se, por último, ao convite da ANAM (Associação Nacional Assembleias Municipais) para neste dia estar presente numa reunião em Coimbra na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, não tendo sido possível comparecer devido à realização da presente sessão da Assembleia Municipal. –

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de antes da ordem do dia para o uso da palavra por parte dos membros da Assembleia Municipal. —

\_\_\_\_\_ **USO DA PALAVRA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NO PERÍODO**

**DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** \_\_\_\_\_

——— *Manuel António Tavares Santos* – Apresentou cumprimentos. A sua primeira questão teve a ver com a atribuição de bolsas de estudo, cuja deliberação ocorreu no passado dia dezanove de maio e ao que sabia ainda não tinham sido disponibilizados os respetivos montantes. Referiu que como bolsas de estudo que são para apoio a alunos do pós-secundário, lhe parecia que os timings não eram os mais adequados, pois os alunos necessitam desse apoio no início do ano letivo. A segunda questão teve a ver com a Casa do Passal e com a Ciclovia e Via Pedonal de ligação de Carregal do Sal a Oliveirinha. Era do seu conhecimento que numa e noutra empreitada não houve concorrentes a apresentar propostas, o que poderia significar que os orçamentos estavam a ser feitos por baixo, o que obrigava a revisões dos preços base e lançamento de novos procedimentos concursais. Estavam em final de mandato e tudo estava exatamente na mesma, nomeadamente a Casa do Passal. Uma obra que também estava em idêntica situação era a da Fundação José Nunes Martins, que tinha sido há muito prometida e que constava do plano do atual Executivo Camarário, mas não se sabia quando iria ser iniciada, evidenciando que o edifício se encontrava, exteriormente, bastante degradado. \_\_\_\_\_

——— *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Apresentou cumprimentos. Desejou as melhoras ao Presidente da Câmara Municipal. De seguida, informou que o tema que trazia era a poluição da Ribeira de Travassos, dirigindo-se em especial ao Presidente da Junta de Freguesia de Beijós para o informar que também se preocupava com o que se passava na sua Freguesia e não apenas no Marcudo e noutras Freguesias. Afirmou que, no caso em apreço, o Bloco de Esquerda era solidário com a Câmara Municipal, com a Junta de Freguesia e com a população de Beijós. Referiu-se ao comunicado feito pelo Bloco de

Esquerda, seguindo a prática de outros comunicados similares. Abordou, ainda, o comunicado da Junta de Freguesia de Beijós, não concordando totalmente com a forma como o mesmo foi apresentado. Todavia, o Bloco de Esquerda fez o que sempre fez, ou seja, denunciar junto das autoridades competentes e sobre a resolução do problema todos estavam do mesmo lado. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Apresentou cumprimentos. Começou por abordar a iniciativa da Programação Cultural em Rede, referindo-se que a publicidade sobre os espetáculos, pela segunda vez, chegou apenas à Freguesia de Cabanas de Viriato, pelo que solicitou à Câmara Municipal que intercedesse junto da respetiva Associação para que de futuro a freguesia de Beijós fosse também incluída. Quanto à poluição da Ribeira de Travassos, afirmou que o membro Diego Garcia poderia ter dialogado mais com a Câmara Municipal e com a Junta de Freguesia de Beijós, em alternativa às notícias que colocou nas redes sociais, pelo que face a essas circunstâncias o comunicado da Junta de Freguesia é claro e objetivo. Disse ser necessária muita união e convergência de ideias para resolver este problema. Evidenciou que numa fase inicial se ficou com a ideia de que o problema era momentâneo, tinha a ver com os ensaios da nova ETAR construída no Município de Nelas, que teve um custo de cinco milhões de euros, mas tinha ficado surpreendido com as palavras do Ministro do Ambiente, na sua visita ao concelho vizinho, quando afirmou que o problema poderia vir a manter-se por meio ano. Sobre o assunto a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia tudo tinham feito e continuavam a fazer, pelo que fazia um apelo para que todos os partidos políticos se unissem, pois a Junta de Freguesia de Beijós sozinha não conseguiria chegar a bom porto e resolver o problema. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Assembleia Municipal* – Usou da palavra para solicitar ao membro Carlos Baptista esclarecimentos adicionais, questionando o porquê da referência “ao



meio ano”, por parte do Ministro do Ambiente. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Voltou a usar da palavra para afirmar que provavelmente a ETAR não estaria preparada e dimensionada para receber os efluentes das descargas da empresa Borgstena, sendo necessário adquirir outro equipamento e ao que lhe foi transmitido seria um filtro de carvão. Concluiu a sua intervenção, para informar que não sabia se seriam um, dois, três ou seis meses em que a situação se iria manter. –

\_\_\_\_\_ *Presidente da Assembleia Municipal* – Usou da palavra para propor que para além da intervenção que estava a ser feita, pudesse vir a ser elaborada e aprovada uma Moção a enviar às entidades competentes, ficando o membro Carlos Baptista de a redigir e apresentar. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Apresentou cumprimentos. No uso da palavra e retomando o raciocínio do membro da Assembleia Diego Garcia e do Presidente da Junta de Freguesia de Beijós, recordar que fazia parte e estava escrito no programa eleitoral do Partido Socialista de há quatro anos, que no final desta legislatura o problema das ETAR estaria resolvido. Infelizmente o tempo dava razão à bancada do Partido Social Democrata, por o Executivo Camarário não ter enveredado pela solução que lhe foi apresentada e enveredou pela constituição de uma associação intermunicipal. Apenas uma ETAR se encontra em construção, não se sabendo ao certo quando a mesma entrará em funcionamento, pelo que fica este reparo de incumprimento de uma promessa eleitoral. Mudando de assunto, referiu-se à passividade no que diz respeito à época estival que se aproxima e às deficientes reparações dos caminhos florestais, alertando a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, eventuais responsáveis pela coordenação e realização dos trabalhos, afirmando que, não sabendo ao certo o que se passou, lhe parecia que os equipamentos e a forma como a manutenção foi feita não foi a adequada,

na medida em que o estado dos caminhos não permite a circulação dos carros dos Bombeiros. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Apresentou cumprimentos. Usou da palavra para abordar os seguintes assuntos: O ponto de situação do ar condicionado do Centro Educativo (Escola Básica Nuno Álvares) e a necessidade de substituição de um toldo da cobertura que se encontra danificado. Na estrada Sobral/Carregal do Sal, sabendo que a obra ainda não estava acabada, havia, no entanto, uma parte da mesma muito perigosa, junto ao túnel, sugerindo a colocação de um rail de proteção. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Ana Isabel Abrantes Ribeiro* – Apresentou cumprimentos. No uso da palavra informou que, por razões de índole pessoal, esta iria ser a última sessão da Assembleia Municipal em que estaria presente. Referiu que pensava ter exercido o seu mandato e as suas funções de forma isenta, rigorosa e de constante aprendizagem, contribuindo para a dignificação do papel da Assembleia Municipal. Deixou um agradecimento a todos sem exceção, destacando o Presidente da Assembleia Municipal, a sua colega de Mesa e o trabalhador da Câmara Municipal António Ribeiro pela ajuda que sempre prestou à Mesa e à Assembleia Municipal. Desejou muita saúde e êxitos pessoais e profissionais a todos.

\_\_\_\_\_ *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Usou da palavra para, na sequência da intervenção do membro Casimiro Loureiro e por este se ter referido às Juntas de Freguesia, informar que provavelmente não era conhecedor do que a Junta de Freguesia de Beijos e também a Junta de Freguesia de Cabanas de Viriato tinham feito, porquanto não utilizaram apenas maquinaria e procederam à limpeza de toda a vegetação, apesar não de terem feito tudo o que gostariam de fazer. Concluiu a sua intervenção, referindo que a opção tomada pertenceu a cada executivo de Freguesia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para responder às questões suscitadas. \_\_\_\_\_

———— Vice-Presidente da Câmara Municipal – Apresentou cumprimentos. De seguida respondeu às questões suscitadas. Ao membro Manuel António, no que diz respeito às bolsas de estudo informou existir um regulamento e a sua atribuição é articulada com outras entidades e com os próprios estabelecimentos de ensino superior. Os timings podem parecer desfasados, mas são em função de toda a tramitação que é imperativo fazer. Aproveitou para informar, o que fazia com agrado, de que as candidaturas e atribuição no corrente ano, são em número superior ao do ano anterior, o que vai obrigar a um reforço da verba inscrita. Quanto ao procedimento concursal da empreitada da Casa do Passal, o mesmo ficou deserto, mas teve sete empresas a concurso, ainda que nenhuma delas tenha conseguido enquadrar o seu preço contratual no preço base. Houve necessidade de fazer a revisão do projeto e atualizar o preço base para lançar novo procedimento concursal. A Casa do Passal não está na mesma situação, como foi referido e muito trabalho não visível foi feito e a vontade de ver a Casa do Passal em funcionamento, por parte do atual Executivo Camarário, é porventura maior do que a de qualquer membro da Assembleia Municipal. Deu as explicações sobre a obra da Fundação José Nunes Martins: o que tinha acontecido após a adjudicação da empreitada, podendo informar com segurança que no final do mês de julho, início do mês de agosto a obra irá ser retomada. Ao membro Diego Garcia começou por agradecer e registar com agrado as suas palavras, quando afirmou que todos devem estar e estavam do mesmo lado para a resolução do problema da poluição. Disse que a Câmara Municipal não descartava as suas responsabilidades, descrevendo as ações e diligências que já tinham sido feitas e as que estavam em curso. Disse que tinha sido pedido um levantamento exaustivo do que se estava a passar, para depois se poder atuar junto das respetivas instâncias governamentais. Afirmou que a situação de Beijós era uma situação que

incomodava todos e já tinha sido abordada na reunião da Câmara Municipal realizada à tarde, com intervenção de um munícipe que se encontrava bem documentado. Existia sobre o assunto muitas dúvidas e muita desinformação e também não compreendia como é que um investimento de cinco milhões de euros estava a dar aquele resultado. A Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Beijós não estavam paradas e tinha sido pedido que, no imediato, as águas voltassem a ser desviadas para a Ribeira da Pantanha. Destacou, de novo, a unidade que existe e que terá de existir em torno desta temática. Ao membro Carlos Baptista, sobre a publicidade, respondeu que iria falar com quem de direito para a resolução do problema. Ao membro Casimiro Loureiro respondeu que relativamente à construção das ETAR, nunca houve sintomia de posições quanto à possibilidade de as fazer diretamente ou com o recurso a uma empresa intermunicipal. A verdade é que os fundos comunitários apelavam à constituição da referida empresa intermunicipal. Quanto aos caminhos florestais informou que foram disponibilizadas verbas às Freguesias para a manutenção dos caminhos florestais, para atuar da forma que melhor pudesse servir o interesse público. Referiu que se as intervenções não foram adequadas ter-se-á que assumir responsabilidades e obviar a tais situações. Ao membro Sandra Cortês deu resposta acerca do ar condicionado da Escola Básica Nuno Álvares, dando informações pormenorizadas, evidenciando tudo o que foi feito para a empresa adjudicatária acabar a obra. Deu informações sobre a lona do sombreamento, estando pedido o material para substituição, cuja entrega estava atrasada. Disse ter sido apresentada uma alternativa de reparação da lona, para criar uma situação provisória, até que o material seja entregue. Sobre a Estrada Carregal do Sal/Sobral informou que a situação estava devidamente identificada pelos serviços municipais e irá ser solucionada. Ao membro Isabel Ribeiro, em nome do Executivo Camarário, agradeceu todo o trabalho que tinha feito com dedicação e sentido de responsabilidade. \_\_\_\_\_

——— *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para afirmar que desconhecia o acordo feito com as Freguesias sobre os montantes a alocar para a manutenção dos caminhos florestais, não conhecendo também em pormenor quais tinham sido as adoções por parte das respetivas Juntas de Freguesia. Quis saber, em consequência, quais os procedimentos de contratação pública adotados, mas a verdade é que na Freguesia de Carregal do Sal existiam vias intransitáveis e teria de haver um especial cuidado nos gastos dos dinheiros públicos... \_\_\_\_\_

——— *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para informar que os procedimentos foram da responsabilidade das Juntas de Freguesia. \_\_\_\_\_

——— *Carlos Alexandre Pais Batista* – Usou da palavra para informar que, no caso da Junta de Freguesia de Beijós, os trabalhos tinham sido adjudicados, por ajuste direto, à Associação de Produtores Florestais do Planalto Beirão, que fez a manutenção dos caminhos florestais. \_\_\_\_\_

——— O Presidente da Assembleia Municipal declarou este ponto encerrado. \_\_\_\_\_

## ——— 2. **INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA** \_\_\_\_\_

——— APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. \_\_\_\_\_

——— O Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que a introdução a este ponto, referente à informação escrita acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do número dois, do artigo vigésimo quinto, do anexo à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, pudesse ser seguida a metodologia de sessões anteriores, dispensando a sua apresentação pelo Executivo Camarário, mas havendo disponibilidade para responder a

questões que pudessem surgir. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta o período de análise deste ponto. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos* – Apresentou cumprimentos. Relativamente à informação escrita pediu um esclarecimento sobre um apoio constante na página doze, a propósito da transferência de verbas para os Bombeiros Voluntários. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Relativamente à informação escrita apresentou os parabéns à Câmara Municipal por ter aderido ao Acordo Cidade Verde e aos objetivos do mesmo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para afirmar que iria saber se os valores estão certos ou não na sua pormenorização, podendo, desde já, afirmar que lhe parecia que se estava em presença de duas situações diferentes. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos* – Usou da palavra para afirmar que não colocava em causa os valores, mas parecia que existiam desfasamentos, pelo que a informação deveria ser mais explícita. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Disse que iria questionar os serviços sobre o assunto, de modo a ser esclarecido e poder esclarecer. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Não tendo sido registadas mais inscrições para debate deste ponto, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da ordem do dia. \_\_\_\_\_

### \_\_\_\_\_ **3. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2020. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar o ponto em análise, referente aos Documentos de Prestação de Contas – Documentos de Prestação de Contas do Ano de dois mil e vinte. \_\_\_\_\_

——— *Vice-Presidente da Câmara* – Usou da palavra para, depois da nota introdutória feita pelo Revisor Oficial de Contas, apresentar o ponto com o recurso a um power point previamente preparado. \_\_\_\_\_

——— O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de debate, aceitando inscrições. \_\_\_\_\_

——— *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para manifestar publicamente o agradecimento ao Revisor Oficial de Contas pela sua disponibilidade e apresentação que tinha feito no início da sessão. Agradeceu ao Vice-Presidente da Câmara Municipal as explicações dadas. Concluiu a sua intervenção, afirmando que a bancada do Partido Social Democrata iria votar favoravelmente os documentos de prestação de contas. \_\_\_\_\_

——— Finda a intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. \_\_\_\_\_

——— Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade, os Documentos de Prestação de Contas do ano de dois mil e vinte, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. \_\_\_\_\_

#### ——— **4. REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS** \_\_\_\_\_

——— **AUTORIZAÇÃO PRÉVIA E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL. AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** \_\_\_\_\_

——— O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar o ponto em análise, referente à Repartição de Encargos e Assunção de Compromissos – Autorização Prévia e Assunção de Compromissos Plurianuais da

Empreitada de Requalificação do Edifício do Mercado Municipal. Autorização da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para apresentar o ponto em referência e remeter esclarecimentos adicionais para o conteúdo da documentação previamente disponibilizada. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Após ter sido declarado aberto o período de debate, não foram registados quaisquer pedidos de intervenção, pelo que o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: Aprovado por unanimidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou autorizar por unanimidade a realização de despesas que, necessariamente, dão lugar a encargos orçamentais em mais de um ano económico, no âmbito da realização da empreitada da Requalificação do Edifício do Mercado Municipal, com fundamento no número seis do artigo vigésimo segundo do Decreto-Lei número cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de junho (em vigor por força das disposições do Código dos Contratos Públicos) e da alínea c), do número um, do artigo sexto, da Lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro (LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).- \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Em consequência, e tendo em conta o montante total de €370 337,20 (trezentos e setenta mil, trezentos e trinta e sete euros e vinte cêntimos), e o prazo de execução de catorze meses: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ No ano de dois mil e vinte e um, o investimento previsto é de €55 550,58 (cinquenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta euros e cinquenta e oito cêntimos); \_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_No ano de dois mil e vinte e dois, o investimento previsto é de €314 786,62 (trezentos e catorze mil, setecentos e oitenta e seis euros e sessenta e dois cêntimos). —

\_\_\_\_\_A respetiva documentação vai ser arquivada em pasta própria.\_\_\_\_\_

## \_\_\_\_\_5. MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2021 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5.1. 1.<sup>a</sup> ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO de 2021. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar o ponto em análise, referente ao Mapa de Pessoal do Ano de dois mil e vinte e um – Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal do Ano de dois mil e vinte e um. Análise e Deliberação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para apresentar o ponto em referência, salientando a criação do Serviço Municipal da Proteção Civil, com a rentabilização dos recursos humanos existentes da Câmara Municipal. Disse ter reforçado um posto de trabalho em Ação Social para responder aos desafios da transferência de competências. Foi feita a atualização do mapa de pessoal. Respondeu a questões prévias apresentadas. Remeteu esclarecimentos adicionais para a documentação que tinha sido previamente disponibilizada. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Após ter sido declarado aberto o período de debate, não foram registados quaisquer pedidos de intervenção, pelo que o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por

unanimidade, a primeira alteração ao Mapa de Pessoal do ano de dois mil e vinte e um, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5.2. UNIDADE DE 3.º GRAU – PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar o ponto em análise, referente à Unidade de Terceiro Grau – Proposta da Câmara Municipal. Análise e Deliberação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para apresentar o ponto em referência, evidenciando que a previsão do cargo em causa datava do ano de dois mil e treze, ano em que se procedeu, por imperativos legais, à Reorganização dos Serviços Municipais. Durante os dois mandatos e até à presente data, não foi feita qualquer proposta para o seu preenchimento, apesar da sua previsão nos sucessivos mapas de pessoal que anualmente acompanham o orçamento municipal; o Executivo Camarário entendeu ser agora o momento de o fazer, face ao envolvimento e responsabilidade do Serviço de Planeamento e Urbanismo em ações tão importantes que estão em curso como é a Revisão do Plano Diretor Municipal. O cargo a preencher não é de afetação direta, mas sim precedido de concurso público, existindo uma trabalhadora do Município que reúne todas as condições para ser opositora. Remeteu esclarecimentos adicionais para o conteúdo da documentação que tinha sido previamente disponibilizada e que enquadrava a proposta da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de debate, aceitando inscrições. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para informar que a bancada do Partido Social Democrata achava que o Executivo Camarário não tinha escolhido o timing correto para criar mais uma unidade orgânica, por se estar em vésperas de um ato

eleitoral. Disse que a bancada do Partido Social Democrata não compreendia esta tomada de posição em véspera de um ato eleitoral. Quis registar e salientar que a posição da bancada do Partido Social Democrata não tem rigorosamente nada a ver com a trabalhadora da Câmara Municipal. O seu comentário é único e exclusivamente político e não pessoal. Disse que a decisão é extemporânea e condiciona a ação do Executivo que sair do ato eleitoral. Relativamente à unidade que está a ser proposto o seu preenchimento, a bancada do Partido Social Democrata pediu informação sobre os gastos, qual vai ser a área de intervenção e quais os trabalhadores que a unidade vai coordenar, pedindo ainda que fosse feita a comparação com o que se passa com os municípios vizinhos. Questionou, ainda, se não seria mais benéfico abrir um lugar de coordenador técnico. Disse que a bancada do Partido social Democrata iria apresentar declaração de voto, que leu de seguida. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Disse respeitar a opinião do membro Casimiro Loureiro, recordando que o lugar em causa já existe desde o ano de dois mil e treze e que o Executivo está agora a propor o seu preenchimento, pertencendo à Assembleia Municipal deliberar nos termos da proposta da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes* – Usou da palavra para afirmar que não percebia o porquê do preenchimento nesta dada e quem é que a unidade vai coordenar. -

\_\_\_\_\_ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para informar e reafirmar que a unidade de Planeamento e Urbanismo já existe desde o ano de dois mil e treze e tem vindo a constar dos mapas de pessoal. O porquê deste timing também já teve oportunidade de explicar. Não se trata de um afetação direta, sendo certo que poderão haver opositores tanto internos como externos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para afirmar que a questão

fulcral é o timing da proposta apresentada, não concordando com a tomada de decisões em vésperas de eleições. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para reafirmar o que tinha dito anteriormente, respeitando a posição tomada pelo membro Casimiro Alves Martins Loureiro e da bancada do Partido Social Democrata, pertencendo à Assembleia Municipal concordar e aprovar ou não a proposta apresentada. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Este assunto foi muito participado, com intervenções diversas, tendo inclusive o Presidente da Assembleia Municipal suscitado questões sobre o assunto, de molde a definir, com exatidão, o que é que a Assembleia Municipal teria de deliberar, tendo havido o esclarecimento que permitiu a referida votação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Findas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação este ponto em votação: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Contra – 5 (cinco) votos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Abstenções – 6 (seis) votos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A favor – 9 (nove) votos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com cinco votos contra dos membros Casimiro Alves Martins Loureiro, Manuel António Tavares Santos, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Sandra Cristina Oliveira Cortês, António Manuel Lopes Batista, seis abstenções dos membros Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António José Rodrigues dos Santos e José Manuel Lopes Flório e nove votos a favor dos restantes membros, a proposta da Câmara Municipal referente ao procedimento de recrutamento do Coordenador de Unidade de

terceiro grau, nos seguintes termos:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1 - As competências a desempenhar pelo Coordenador de Unidade de Planeamento e Urbanismo (direção intermédia de terceiro grau) sejam as constantes do mapa de pessoal do ano de dois mil e vinte e um, em adaptação das competências dos dirigentes intermédios de segundo grau, sem prejuízo de outras que resultem do estabelecido no estatuto do pessoal dirigente e das que vierem a ser conferidas por despacho ou deliberação camarárias, com especial incidência, à data atual, na elaboração, acompanhamento e submissão a aprovação de documentos estratégicos como a Revisão do Plano Diretor Municipal, a delimitação de ARUS – Áreas de Reabilitação Urbana e ORUS – Operação de Reabilitação Urbana e, ainda, a preparação e acompanhamento, em parceria com outros trabalhadores, da realização de projetos municipais, alguns com candidaturas aprovadas e com participações dos fundos comunitários.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2 - Os requisitos do recrutamento sejam nas áreas da Licenciatura em Planeamento e Urbanismo e o período de experiência profissional seja no mínimo de seis anos, de harmonia com a Organização dos Serviços Municipais, conforme Despacho número dois mil trezentos e setenta e cinco barra dois mil e treze, publicado em Diário da República, segunda série, número vinte e nove, datado de onze de fevereiro do ano de dois mil e treze.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3 - Que a remuneração base do cargo corresponda à sexta posição, nível remuneratório trinta e um, da categoria e carreira de Técnico Superior, com a remuneração ilíquida de dois mil e trinta e um euros e quarenta e três cêntimos, de acordo com a tabela de remuneração única da administração pública. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4 - Que o Júri do procedimento concursal, em conformidade com o previsto no

número três do artigo décimo terceiro do Decreto-lei número quarenta e nove barra dois mil e doze, de vinte e nove de agosto, seja constituído por: Arquiteto Ernesto Manuel Matos Pereira - Diretor de Departamento de Planeamento Urbanismo e Edifícios da Câmara Municipal de Tondela, como Presidente; Eng.º Arnaldo Araújo Borges Ferreira, Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território, da Câmara Municipal de Mortágua e Professor Arquiteto Carlos Manuel de Jesus Santos, como Vogais Efetivos. Como vogais suplentes, Eng.º Luís Alberto Ribeiro de Figueiredo, Chefe de Divisão de Obras Municipais e Ambiente e Dr. António Manuel Ribeiro, Chefe de Divisão de Administração Geral, da Câmara Municipal de Carregal do Sal.

A bancada do Partido Social Democrata apresentou declaração de voto que é do seguinte teor:

“Declaração de Voto

A Bancada do PSD da Assembleia Municipal de Carregal do Sal, relativamente à criação da Unidade de 3.º Grau, vota contra, pelos seguintes motivos:

a) Sob o ponto de vista organizacional não vislumbramos quaisquer vantagens no aumento de pessoal de direção intermédia com o aumento da celeridade de resposta por parte do Município e com o conseqüente aumento de encargos em despesas de pessoal;

b) Trata-se da criação de mais uma Unidade que, atendendo ao calendário eleitoral, não acarreta qualquer benefício e condiciona o executivo que será eleito em Outubro;

c) Por último, não se percebe o não recurso à mobilidade mediante procedimento de recrutamento para a categoria de Coordenador Técnico, isso sim, um fator de incentivo aos trabalhadores ad autarquia”.

**6. MUNICÍPIA – EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO,**

**E.M., S.A.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ALIENAÇÃO DAS AÇÕES QUE O MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL DETÉM NA EMPRESA MUNICÍPIA, E.M., S.A. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar o ponto em análise, referente à Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para apresentar o ponto em referência, descrevendo diligências feitas, colocando-se à disposição dos membros para os esclarecimentos que se entendam por necessários. Evidenciou que as ações que o Município de Carregal do Sal possui são para alienar ao preço de um centímo por ação à Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EIM, S.A., sendo esta a proposta da Câmara Municipal que submeteu à apreciação deste órgão deliberativo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Após ter declarado aberto o período de debate e dado que ninguém se inscrever para usar da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: Aprovado por unanimidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal referente à alienação das ações que o Município de Carregal do Sal detém na Empresa Município, E.M., S.A., nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O membro Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz não participou nesta votação por se ter ausentado, por momentos, do Salão Nobre. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **7. PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DA AGUIEIRA** \_\_\_\_\_

—————TRANSPOSIÇÃO DO PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DA AGUIEIRA PARA O PDM – PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar o ponto em análise, referente Plano de Ordenamento da Albufeira da Agueira – Transposição do Plano de Ordenamento da Albufeira da Agueira para o PDM – Plano Diretor Municipal de Carregal do Sal. Análise e Deliberação. —————

—————*Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para apresentar o ponto em referência, colocando-se à disposição dos membros para os esclarecimentos que se entendam por necessários. —————

—————Após ter declarado aberto o período de debate e dado que ninguém se inscreveu para usar da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: Aprovado por unanimidade. —————

—————Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal referente à transposição do Plano de Ordenamento da Albufeira da Agueira para o PDM – Plano Diretor Municipal de Carregal do Sal, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. —————

## —————8. REGULAMENTAÇÃO MUNICIPAL —————

—————8.1. NASCER EM CARREGAL – REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À NATALIDADE E ADOÇÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar o ponto em análise, referente à Regulamentação Municipal – Nascer em Carregal – Regulamento de Apoio à Natalidade e Adoção. Análise e Deliberação. —————



——— *Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges* – Usou da palavra para apresentar o ponto em referência, colocando-se à disposição dos membros para os esclarecimentos que entendessem por bem solicitar. \_\_\_\_\_.

——— O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o debate, aceitando inscrições. \_\_\_\_\_

——— *Paulo Catalino de Almeida Ferraz* – Apresentou cumprimentos. Usou da palavra referindo que ficou satisfeito por a Câmara Municipal ter aprovado e apresentado a proposta em análise, dando seguimento a uma deliberação da Assembleia Municipal e a uma posição há muito tomada pela bancada do Partido Socialista, sobre os apoios à natalidade. Colocou algumas questões sobre o enquadramento do Regulamento, nomeadamente do artigo quarto, ao que foi respondido. Concluiu a sua intervenção, referindo que este Regulamento em relação ao que tinha sido idealizado pela comissão/grupo de trabalho criado na Assembleia Municipal para o efeito, os valores são um pouco inferiores, mas engloba a adoção, o que regista com agrado. \_\_\_\_\_

——— *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Usou da palavra para questionar se a Assembleia Municipal iria votar dois pontos sobre o mesmo assunto. Disse que o Bloco de Esquerda não compreendia e estava com alguma dificuldade em tomar posição perante a existência de dois regulamentos sobre o mesmo assunto. \_\_\_\_\_

——— *José Manuel Lopes Flórido* – Apresentou cumprimentos. Ao pretender discutir o ponto seguinte o Presidente da Assembleia Municipal informou que não era o momento oportuno e teria de aguardar. \_\_\_\_\_

——— *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para afirmar que globalmente a bancada do Partido Social Democrata concordava com o Regulamento, discordando, no entanto, do prazo estabelecido de dois anos, propondo a alteração da alínea a) do número

dois do artigo segundo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges* – Usou da palavra para explicitar o enquadramento do artigo quarto e afirmar que concordava que o prazo referido na alínea a) do número dois do artigo segundo pudesse vir a ser reduzido para um ano. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Findas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, informou o membro Diego Garcia de que existiam dois pontos agendados sobre o tema em análise e cada um deles teria discussão separada. Referiu, também, ter sido alterada a redação da alínea a) do número dois do artigo segundo, de dois para um ano e que iria colocar em votação este ponto, com esta alteração. Colocado em votação foi apurado o seguinte resultado: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Contra – 0 (zero) votos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Abstenções – 1 (um) voto; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A favor – 19 (dezanove) votos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com uma abstenção do membro Diego Enrique Rodrigues Garcia e dezanove votos a favor dos restantes membros, a proposta da Câmara Municipal referente ao Nascer em Carregal – Regulamento Municipal de Apoio à Natalidade e Adoção, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 8.2. REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE. PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA. APRECIÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, referente ao Regulamento de Incentivo à Natalidade, dando a palavra ao líder do Grupo Municipal do Partido Socialista para usar da palavra se assim o entendesse. \_\_\_\_\_

——— *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para referir que a proposta conjunta tinha sido enviada para o Presidente da Assembleia Municipal, sabendo que a competência para aprovar regulamentos é da Câmara Municipal, pelo que o Regulamento apresentado pela Câmara Municipal e aprovado no ponto anterior não atrasa o processo e permite, no imediato, dar apoios às famílias, o que não aconteceria caso fosse este o Regulamento a ser aprovado e a entrar em vigor, pois o mesmo só poderia acontecer na sessão de setembro. Propôs que se prescindisse da discussão deste projeto de Regulamento, ficando o mesmo à mercê do Executivo Camarário, como documento de trabalho, para que a Câmara Municipal pudesse conhecer a posição dos grupos municipais e pudesse tirar contributos que entender por úteis. Anualmente deveria ser aferida a sua boa aplicabilidade, tendo em vista o seu aperfeiçoamento e ajustamento.

——— *José Manuel Lopes Flórido* – Usou da palavra para dizer que não notava grande diferença entre o Regulamento do ponto oito um e oito dois. Referiu que o nosso Concelho precisa de mão de obra, mas também é preciso trazer mais indústrias. Questionou se esta proposta a noventa dias das eleições autárquicas também não poderia ser considerada inadequada. Na sua opinião não é o tempo adequado para fazer esta proposta e era importante dar as mãos para que viessem mais empresas para o Concelho. O Regulamento poderia e deveria ficar para depois das eleições. \_\_\_\_\_

——— Findas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto. \_\_\_\_\_

——— **9. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** \_\_\_\_\_

——— ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. \_\_\_\_\_

——— *Acácio Nascimento Silva* – Apresentou cumprimentos. Usou da palavra para afirmar que a sua intervenção tinha a ver com a poluição da Ribeira de Travassos, com

um problema grave ambiental que se arrasta há muitos anos. Questionou se a Câmara Municipal não resolve este problema. Além de que a Ribeira de Travassos foi em tempos limpa de vegetação e agora está na mesma situação como se nada tivesse sido feito. Concluiu a intervenção, questionando para quando estava previsto o saneamento há muito prometido, na medida em que parte de Beijós não tem esse saneamento.———

———*António Manuel Almeida Figueiredo* – Apresentou cumprimentos. Usou da palavra para afirmar que, no seu entendimento, os comunicados da Câmara Municipal, nomeadamente o de cinco de maio, em torno da problemática da COVID-19 foram feitos de forma pouco elevada. Também disse não compreender a cobertura dada ao Presidente da Assembleia-Geral do Clube de Futebol de Carregal do Sal, ao ser colocado um seu comunicado no site do Município.———

———*João Manuel Batista Andrade* – Apresentou cumprimentos. Usou da palavra para referir que um dos temas que pretendia abordar era a poluição da Ribeira de Travassos, em Beijós, referindo que o que estava a acontecer era inadmissível. Quis saber quais eram as medidas da Câmara Municipal para acabar com esta situação, afirmando que este era um assunto que deveria unir todas as bancadas e teriam de ser fortíssimos para obviar ao problema. Mudou de assunto para falar de um pedido de lombas na Rua do Lapão, de modo a que as velocidades possam ser reduzidas no local.———

———Findas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para responder às questões suscitadas.———

———*Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para dar informação de que no início desta sessão tinha dado as explicações sobre o assunto da poluição, estando a Câmara Municipal à espera de um relatório completo para depois apresentar às entidades competentes. A Câmara Municipal acionou as medidas que estavam ao seu alcance, aguarda pelo levantamento/relatório completo. Disse compreender os

constrangimentos apontados, mas este é um dos assuntos que nos deve unir. O compromisso que a Câmara Municipal pode e deve assumir é de continuar ativa e atenta, já que a Câmara Municipal por si só não pode resolver este assunto. Relativamente ao saneamento de Beijós, apesar da indignação e da insatisfação, o problema tem a ver com uma dificuldade técnica, da diferença de quotas e que financeiramente estas obras não são para já exequíveis. Respondendo à questão dos comunicados, informou que a Câmara Municipal assume sempre o que escreve e teve, no caso em apreço, efeitos práticos. Quanto à divulgação de comunicados e de outras notícias, o site do Município estará sempre aberto a essas publicações, sendo que a responsabilidade é sempre dos respetivos autores e das associações, não concordando com a expressão de que deu cobertura. Quanto às lombas, disse que o assunto foi encaminhado para a Comissão de Trânsito, cujas deliberações são apresentadas e por norma aprovadas pela Câmara Municipal, tendo-se referido a situações de vandalismo de lombas, nomeadamente de lombas de borracha. Concluiu a sua intervenção, reafirmando que o assunto baixou à Comissão de Trânsito, evidenciando que tem havido um número crescente de pedidos de lombas, o que levou a que se propusesse a realização de um Regulamento específico para o efeito. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal deu de novo a palavra ao público. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Nuno Joel Batista Andrade* – Usou da palavra para referir que quanto a lombas estava esclarecido. Quanto à poluição e apesar da Câmara Municipal estar a fazer o que é possível, deveria ser chamada, por exemplo, a comunicação social. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para afirmar que há situações que a Câmara Municipal não pode incrementar, mas pode apoiar iniciativas populares, dando o exemplo da Pedreira de Fiais da Telha. Concluiu, referindo que para

apresentar institucionalmente o problema, a Câmara Municipal tem de ter todos os elementos na sua posse. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Terminou a sua intervenção, informando que o Presidente da Câmara lhe tinha pedido para dar nota que, durante o próximo mês, vai ser proporcionada uma visita aos membros da Assembleia Municipal às instalações da Associação de Municípios do Planalto Beirão. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Por proposta do Presidente da Assembleia Municipal, a Moção sobre a poluição da Ribeira de Travassos, em Beijós será coordenada pela Mesa e é do seguinte teor:

“Moção em defesa da Ribeira de Travassos – Beijós \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Considerando que: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a. A presente queixa diz respeito à situação recorrente de descarga de efluentes industriais, por parte da Câmara Municipal de Nelas, para a Ribeira de Travassos, no concelho de Carregal do Sal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b. A presente situação ambiental reveste-se de elevada importância uma vez que, para além de todos os prejuízos que possam advir para a flora e fauna das margens da Ribeira de Travassos, é necessário, e imperativo, acautelar o futuro das explorações agrícolas da freguesia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c. O referido curso de água atravessa toda a freguesia de Beijós, localidade esta que se caracteriza por uma forte implementação agrícola. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ d. A localidade de Beijós é reconhecida não só pela sua mancha florestal, mas essencialmente pelos vastos campos agrícolas, muitos deles regados com água da referida ribeira. Muitos dos produtos agrícolas aí produzidos destinam-se ao mercado abastecedor da cidade de Viseu (para consumo humano) ignorando-se quais as consequências da toxicidade e carga orgânica das águas que, indiretamente, serão ingeridas. \_\_\_\_\_

-----e. A continuação desta situação de poluição será profundamente negativa em termos económicos, devido às quebras de produção e ao "medo" originado pelo desconhecimento das consequências das descargas para a saúde humana. -----

-----f. A situação de poluição vem pôr em risco os investimentos efetuados, nomeadamente na área do turismo, no sentido em que fica comprometido o património natural, um dos principais atrativos da freguesia, assim como o património arqueológico. -----

-----g. A Ribeira de Travassos é utilizada por muitos jovens durante os meses de verão como local de banhos e diversão. É importante que se respeite a interioridade, e tudo o que daí advém, nomeadamente a distância que nos separa da costa atlântica e os fracos recursos económicos que limitam o acesso a outros locais de veraneio e diversão. -----

-----h. No decurso do verão de 2014, a Câmara Municipal de Nelas deixou de lançar as águas residuais da empresa Borgstena para a Ribeira da Pantanha, alegadamente, por se ter verificado um assoreamento dos poços filtrantes construídos pela edilidade de Nelas. Perante essa situação, as águas residuais passaram a ser desviadas para a ETAR situada entre Nelas e Carvalhal Redondo (ETAR II). Deste modo a Câmara Municipal de Nelas desviou este grave problema ambiental para o Concelho de Carregal do Sal, uma vez que estas águas são encaminhadas para a ribeira que atravessa a localidade de Beijós (Ribeira de Travassos). -----

-----i. O problema era tanto mais preocupante, uma vez que esta é uma estação para tratamento de águas residuais domésticas e não uma ETARI (Estação de tratamento de águas residuais industriais). -----

----- j. A empresa Borgstena é uma indústria têxtil, cujo processo de fabricação de tecido produz efluentes corados, de características químicas muito próprias e inconstantes, que requerem etapas de tratamento específicas e adequadas às características do seu efluente de elevada toxicidade e carga orgânica. -----

----- k. Após uma primeira descarga poluente, em julho de 2014, visível a olho nu ao longo de toda a ribeira, a edilidade de Nelas, em reunião com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Carregal do Sal, comprometeu-se a suspender toda e qualquer descarga, uma vez que a localidade de Beijós poderia ficar vulnerável perante tal situação. -----

----- l. A situação agudizou-se, uma vez mais, em particular a partir do dia 31 de maio de 2015 quando a água da ribeira supracitada, apareceu com bastante espuma e uma tonalidade da água diferente do habitual, dando a entender que estavam a ser feitas descargas no seu leito. -----

----- m. Esta situação, que levantou suspeita de ter sido causada por uma ação que infringiu claramente a lei, consistiu num crime ambiental. Ao que se apurou, as descargas estavam a ser feitas pela empresa Borgstena e pela Câmara Municipal de Nelas, situação esta confirmada pela Equipa de Proteção da Natureza e Ambiente do Destacamento Territorial de Santa Comba Dão. -----

----- n. A Câmara Municipal de Nelas continuou a encaminhar para a ETAR II os resíduos industriais da empresa Borgstena, a qual produz resíduos de elevada toxicidade, que deveriam ser tratados numa ETARI. -----

----- o. No mês de abril de 2015, numa Sessão de Esclarecimento promovida pela AZU, sob o tema “Solução para a Poluição da Ribeira da Pantanha e do Rio Mondego”, foi apresentado o contexto do passivo ambiental de Nelas, onde o Sr. Presidente da Câmara Municipal apresentou como solução para tal situação a



construção de uma grande ETAR urbana na sede do concelho, estrutura com capacidade para tratar, nos próximos 20 anos, todos os esgotos domésticos da vila e algumas freguesias (Nelas, Algeraz e Folhadal) e os ainda os oriundos das empresas instaladas na Zona Industrial de Nelas, a norte, e na Zona Industrial do Chão do Pisco, a poente, com pré tratamento.-----

----- p. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Beijós questionou o Sr. Presidente da edilidade de Nelas relativamente ao destino a dar às águas dessa nova ETAR III, antecipando que no futuro poderia acontecer à Ribeira de Travassos o mesmo que aconteceu à Ribeira da Pantanha, isto é, tornar-se um local de poluição com evidentes prejuízos para a fauna e flora do curso de água e demais riscos associados. -----

-----q. Os equipamentos sujeitos a descargas industriais poderão estar subdimensionados num curto prazo, e que há sempre a possibilidade de falhas no funcionamento do equipamento, hipotecando assim a Ribeira de Travassos, tal como aconteceu no Verão de 2014. -----

-----r. O edil da Câmara Municipal de Nelas admitiu toda a situação ocorrida no verão de 2014 e que disse que o mesmo aconteceu, pois foi construído um ramal para levar as águas da Borgstena para ETAR II, mas só depois do mesma estar em funcionamento se constatou que não tinha capacidade para tratar a quantidade de efluentes debitados na mesma. -----

-----s. O edil afiançou que com a construção da ETAR III esse problema ficaria resolvido, uma vez que haveria um melhor tratamento das águas.-----

----- t. À data, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Beijós afirmou que a Ribeira de Travassos tem um caudal muito pequeno, em especial nos meses

quentes, e que a solução apresentada não era plausível. Propôs o envio dessas águas para um leito de maior caudal construindo-se um emissário que levasse as ditas águas até ao Mondego, onde haveria uma maior diluição. A ideia foi bastante saudada pelo Prof. Baila Antunes, docente do Instituto Politécnico de Viseu, que disse que seria, sem qualquer dúvida, a melhor solução e que poderia precaver futuros problemas ambientais. Também os dirigentes da AZU, tal como o deputado Pedro Soares, felicitaram tal ideia. -----

----- u. A Junta de Freguesia de Beijós procedeu ao envio, para a Administração da Região Hidrográfica do Centro (ARH), de uma exposição relativa ao aparecimento de espumas e alteração da tonalidade da água na Ribeira de Travassos, receando que as águas residuais industriais provenientes da ETARI da empresa Borgstena – Têxtil Portugal, Lda. estivessem a ser, novamente, encaminhada para a ETAR II de Nelas. -----

----- v. Informou a ARH do Centro que, mediante autorização da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) foi retirado o selo do emissário que encaminhava as águas residuais industriais da empresa Borgstena para a ETAR II de Nelas e, conseqüentemente, para a Ribeira de Travassos. -----

----- w. A partir da data de 7 de dezembro de 2015, as águas residuais industriais da empresa foram novamente encaminhadas para a ribeira da Pantanha, pelo que na Ribeira de Travassos seriam rejeitadas as águas residuais domésticas tratadas na ETAR II de Nelas. Para esse efeito esta rejeição foi objeto da Licença de utilização dos recursos hídricos n.º L008226.2015.RH4 válida até 2017/04/30, ano em que estava prevista a entrada em funcionamento da nova ETAR III de Nelas que visava a resolução definitiva desta situação.-----

-----x. A partir de tal resolução verificaram-se, apenas, situações muito esporádicas de aparecimento de alguma espuma. -----

-----y. No dia 17 de junho de 2021, voltou a verificar-se no leito da Ribeira de Travassos uma extensa e densa mancha de espuma, assim como uma tonalidade de água mais escura, e que não é habitual na referida ribeira. -----

-----z. Logo que o problema foi detetado, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Beijós, assim como a Câmara Municipal de Carregal do Sal, denunciaram a situação às autoridades competentes. -----

-----aa. O Executivo da Junta de Freguesia de Beijós, no dia 18 de Junho de 2021, foi informado que estariam a decorrer testes de funcionamento na nova ETAR III de Nelas, sendo que os mesmos revelaram algumas anomalias. -----

-----bb. Perante o agravamento da situação, com a existência de uma camada cada vez mais densa de espuma no leito da ribeira, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Beijós, denunciou, uma vez mais, a situação às autoridades, nomeadamente à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), ao Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro (CCDRC). -----

-----cc. O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Carregal do Sal contactou o edil da Câmara Municipal de Nelas, solicitando que a situação fosse resolvida, no mais breve espaço de tempo, apresentando como alternativa que os resíduos industriais fossem remetidos para o local prévio, até à entrada em funcionamento da nova ETAR III. -----

----- dd. A referida ETAR III, e Sistema Intercetor, foi inaugurada no passado dia 21 de junho de 2021, em cerimónia presidida pelo Senhor Ministro do Ambiente e

da Ação Climática, João Pedro Matos Fernandes, e contou com a presença da Presidente da Comissão Diretiva do PO SEUR, Helena Pinheiro de Azevedo. -----

----- ee. À presente data continua a verificar-se o problema da poluição da Ribeira de Travassos, com tudo o que ela acarreta, quer a nível ambiental, quer económico e social. -----

----- Para o futuro da Ribeira de Travassos, e a preservação da memória coletiva das nossas gentes, a Assembleia Municipal aprova a presente Moção, visando:

----- 1. Condenar as ações poluentes pela ETAR III de Nelas, bem como o desrespeito pelo equilíbrio ecológico da Ribeira de Travassos. -----

----- 2. Instar o Governo, através do Ministério do Ambiente, e instar a Agência Portuguesa do Ambiente, para que: - Se tomem todas as medidas adequadas e necessárias para garantir a qualidade ambiental e ecológica das águas da Ribeira de Travassos; - Se adotem urgentemente todas as medidas cautelares necessárias para prevenir futuras descargas desta natureza na ETAR III e Sistema Intercetor de Nelas; - Se assegure que os interesses das populações não sejam ultrapassados por quaisquer interesses económicos ou políticos que norteiam algumas decisões e orientações autárquicas. -----

----- 3. Remeter a presente Moção ao Exmo. Sr. Presidente da República, Exmo. Sr. Primeiro-ministro, Exmo. Sr. Ministro do Ambiente, Sr.<sup>a</sup> Ministra da Coesão Territorial, Sr. Presidente da Comissão de Ambiente e Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Sr. Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, Sr.<sup>a</sup> Presidente da CCDR Centro.”-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal referiu que em setembro se iria realizar a sessão ordinária, pedindo aos membros que nas suas intervenções fossem sintéticos ou quando tivessem uma intervenção mais extensa, o fizessem por escrito, na medida em

que a ata terá de ser aprovada no próprio dia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Face à intervenção da Primeira Secretária, o Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a sua colaboração em todos os assuntos, destacando que a Dr.ª Ana Isabel esteve sempre disponível e quando foi necessário representou a Assembleia Municipal. Disse que foi um prazer trabalhar com ela, do que ficava muito grato, afirmando que a Mesa acabou por se constituir numa boa equipa, durante todos estes anos. Terminou, reafirmando o seu agradecimento à Dr.ª Ana Isabel, com votos de sucessos e muitas felicidades. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **APROVAÇÃO, EM MINUTA, DE DELIBERAÇÕES NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO DO ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Morgado Gomes, informou que tendo em vista a eficácia dos assuntos deliberados, pediu às Secretárias para procederem à leitura da minuta das deliberações dos pontos três, quatro, cinco (cinco ponto um e cinco ponto dois), seis, sete, oito (oito ponto um), da ordem do dia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Aquando da votação e aprovação em minuta das respetivas deliberações, a Assembleia Municipal encontrava-se constituída por vinte membros: Carlos Jorge Morgado Gomes, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, Casimiro Alves Martins Loureiro, Carina Isabel Pereira Pessoa, Isabel Clara Amaral Teixeira, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, Diego Enrique Rodrigues Garcia, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes, Cilene Gomes Lindinho, Manuel António Tavares Santos, Ana Isabel Abrantes Ribeiro, José Manuel Lopes Flórido, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António José Rodrigues dos Santos, António de Sousa Borges

e Adelino Morgado Carneiro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Colocada em votação, decorrida votação nominal, a minuta foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **ENCERRAMENTO.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Esgotada a ordem do dia, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a mesma quando eram vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ E, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. \_\_\_\_\_

O Presidente da Assembleia Municipal,

\_\_\_\_\_  
*Carlos Jorge Morgado Gomes*

A Primeira Secretária,

\_\_\_\_\_  
*Ana Isabel Abrantes Ribeiro*

A Segunda Secretária,

\_\_\_\_\_  
*Isabel Clara Amaral Teixeira*